



Observatório da Oposição

26 DE FEVEREIRO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 38

Grande ato na Avenida Paulista celebra a Democracia e a Liberdade, valores inegociáveis da direita

EV AIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

RM

SENADOR ROGÉRIO MARINHO

LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

PRIORIDADES DA SEMANA

1

POLÍTICA

2

SAÚDE

3

TRABALHO E EMPREGO

4

ECONOMIA

5

TURISMO

6

SEGURANÇA PÚBLICA

SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Governo Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



POLÍTICA

Grande ato na Avenida Paulista celebra a Democracia e a Liberdade, valores inegociáveis da direita

Em uma manifestação ordeira, cerca de 750 mil brasileiros fazem uma defesa eloquente dos valores constitucionais e da pacificação do país; ato público gerou enorme repercussão no Brasil e no exterior, mostrando a força da direita

No último domingo, 25 de fevereiro, milhares de pessoas de várias regiões do país lotaram a Avenida Paulista, em São Paulo (SP), para um grande ato público em defesa da democracia e da liberdade, com as presenças do ex-presidente Jair Bolsonaro, de governadores como Tarcísio de Freitas (São Paulo) e de vários parlamentares, incluindo o líder da Oposição no Senado, Rogério Marinho, entre outras importantes vozes de oposição a Lula e ao PT. Segundo Nota Técnica da Polícia Militar, a manifestação reuniu aproximadamente 750 mil pessoas.



Veja

De maneira ordeira, sem registro de qualquer confusão entre os participantes e os agentes da segurança pública paulista, bem como sem registro de qualquer invasão a prédios ou depredação do patrimônio público, o ato deu um sonoro recado: a direita brasileira, mesmo sob o encalço de medidas de cerceamento de liberdades, não deixará de defender seus valores, nem de se manifestar contra desmandos e medidas arbitrárias.

Uma das principais mensagens deixadas pelo ex-presidente Bolsonaro, em um discurso emocionado, foi de pacificação para o país: “Nós já anistiamos no passado quem fez barbaridades no Brasil. Agora, nós pedimos a todos os 513 deputados e 81 senadores um projeto de anistia para que seja feita justiça no Brasil”.

O presidente ainda ressaltou que aqueles que praticaram algum tipo de vandalismo no dia 8 de janeiro de 2023 devem pagar de alguma forma, mas que a Justiça tenha “o mínimo de razoabilidade”.

Ao todo, 86 réus do “8 de janeiro” já foram condenados pelo relator do processo, ministro Alexandre de Moraes, com penas que variam entre 12 e 17 anos, na média. A condenação também abrange o pagamento de indenização, a título de danos morais coletivos, no valor mínimo de R\$ 30 milhões. Esse valor, conforme as decisões do Judiciário, deverá ser quitado de forma solidária por todos os condenados, independentemente do tamanho da pena.

Quatro governadores participaram do ato público: Tarcísio de Freitas (SP), Ronaldo Caiado (GO), Jorginho Mello (SC) e Romeu Zema (MG). Além deles, 11 senadores: Rogério Marinho (Líder da Oposição no Senado), Flávio Bolsonaro, Ciro Nogueira, Magno Malta, Jorge Seif, Marcos Pontes, Marcos Rogério, Luís Carlos Heinze, Carlos Portinho, Izalci Lucas e Wilder Moraes.



A histórica manifestação teve, ainda, o reforço de 96 deputados federais (incluindo o líder da Oposição na Câmara, Carlos Jordy), além de dezenas de deputados estaduais, vereadores e prefeitos do campo da direita, em uma grande e inequívoca manifestação de força política.

Esses números são extremamente importantes já que, durante seu discurso, o ex-presidente Jair Bolsonaro pediu que os parlamentares presentes levassem o tema da “anistia” adiante no Congresso Nacional. Uma medida necessária para a urgente pacificação do país.

Uma outra grande mensagem que o ato público na Avenida Paulista deixou para o país na tarde do último domingo foi de resiliência.

Após o início do governo Lula, Bolsonaro e seus aliados têm sido constantemente alvo de abusos processuais e acusações infundadas por parte do Poder Judiciário e, também, da grande mídia. O poder de mobilização da direita, no entanto, comprovado em São Paulo, mostra que este campo político segue forte e unido e não se calará diante de abusos e arbitrariedades.



UOL

Tiveram voz ao longo do evento o governador Tarcísio de Freitas, o senador Magno Malta, os deputados federais Nikolas Ferreira e Gustavo Gayer. Michele Bolsonaro e o pastor Silas Malafaia também foram muito aplaudidos pelos apoiadores. Uma das principais mensagens deixadas por todos que antecederam o ex-presidente também foi de resiliência, de fé, do legado deixado por Bolsonaro enquanto presidente e, especialmente, pelo respeito ao Estado de Israel, errônea e vergonhosamente alvo de críticas pelo presidente Lula e seus aliados nas últimas semanas.

O evento causou impacto em todo o país. É o assunto mais comentado nas redes sociais neste início de semana e também na grande mídia (a contragosto), especialmente pelo fato de que serão realizadas em outubro deste ano as eleições municipais. A direita brasileira, em poucos dias, conseguiu mudar “os ventos” da política nacional, mostrando sua força e poder de mobilização às vésperas das eleições municipais, quando serão eleitos prefeitos e vereadores em todo o Brasil. Por mais que tentem desgastar a imagem do ex-presidente Bolsonaro, a direita ocupa um espaço cada vez maior no país, seja no parlamento, nas redes sociais, nas casas, nas mentes e nos corações dos brasileiros.



CONVERSA COM O PRESIDENTE



Série de *lives* de Lula vira fiasco de audiência e tem demissão de âncora global

EVAIR | DEPUTADO FEDERAL
DE MELO | VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

Petista tenta copiar estratégia de comunicação de Jair Bolsonaro, mas transmissões atraem apenas 5% do total de espectadores do ex-presidente, colocando continuidade da estratégia em xeque

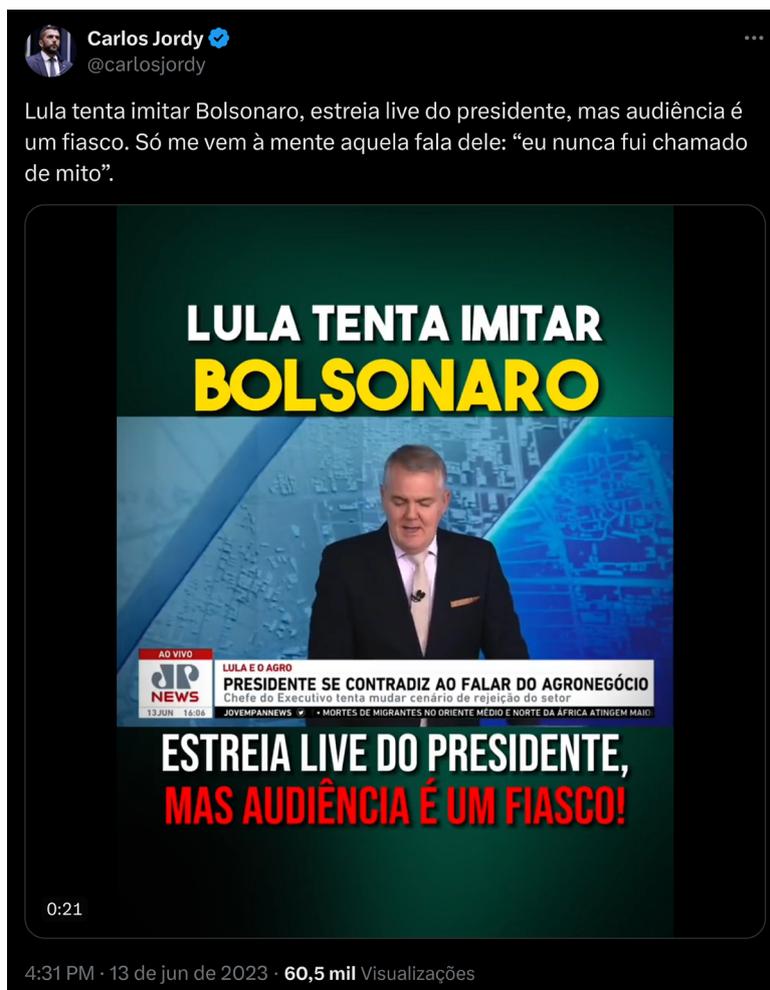
- O programa “Conversa com o Presidente” foi uma tentativa de Lula de replicar a estratégia de comunicação de Jair Bolsonaro, mas não alcançou os mesmos níveis de audiência, registrando apenas 1,1 milhão de espectadores em 20 edições, em comparação com os 21,5 milhões de visualizações de Bolsonaro nas primeiras 20 transmissões ao vivo.
- Apesar de uma atmosfera de informalidade, as transmissões de Lula revelaram indícios de um roteiro elaborado, sugerindo uma estrutura para criação de narrativas convenientes ao governo.
- Após o fracasso de público em 2023, o futuro do programa permanece incerto, com um hiato iniciado após a transmissão de 19 de dezembro de 2023. O desligamento de Marcos Uchôa da EBC adiciona mais incerteza sobre a continuidade do programa.

Análise

- Em um esforço para replicar a estratégia de comunicação característica de Jair Bolsonaro, o programa “Conversa com o Presidente” surgiu como uma alternativa para Lula se conectar diretamente com o público.
- Desde junho de 2023, de acordo com [dados do veículo Poder 360](#), Lula protagonizou 21 edições deste programa. Comparativamente, Bolsonaro acumulou 21,5 milhões de visualizações nas 20 primeiras transmissões ao vivo no Facebook, enquanto Lula registrou apenas 1,1 milhão nas 20 edições do programa. O fracasso de público foi amplamente anunciado por parlamentares da Oposição.



[Flávio Bolsonaro, senado, na plataforma X.](#)



Carlos Jordy, deputado e líder da Oposição na Câmara dos Deputados.

BASTIDORES / DESTAQUES

Vice-líder da oposição desdenha de live de Lula nas redes sociais: ‘fracasso’

Publicado por: Felipe Nunes em 13/06/2023 às 17:33



Cabo Gilberto é atualmente deputado estadual / Foto: reprodução

O vice-líder da oposição, deputado federal Cabo Gilberto, desdenhou nesta terça-feira (13), da

“É uma vergonha por dia desse desgoverno. Lula agora tenta imitar o presidente BOLSONARO. Estreia a *Live* com o presidente. Só esqueceu de combinar com o povo, a audiência foi um fracasso!”

Cabo Gilberto, deputado e vice-líder da Oposição na Câmara.

- Apesar da aparência informal de suas transmissões, há notadamente um roteiro planejado. Esta impressão é reforçada pela presença de [Marcos Uchôa, experiente ex-jornalista da Rede Globo](#), como âncora das transmissões de Lula e [mais oito funcionários da EBC dedicados ao programa](#). De acordo com dados do portal da transparência da EBC, Marcos Uchôa ocupou um cargo em comissão com [remuneração mensal de R\\$ 17.865,16](#).
- Percebemos a equipe de comunicação de Lula engajada em uma tentativa de manipular o formato tradicional do jornalismo independente ao elaborar perguntas planejadas para evitar qualquer tipo de constrangimento e, ao mesmo tempo, possibilitar a criação de narrativas que sejam convenientes ao governo. O formato do programa foi criticado inclusive por parlamentares da base do governo.
- Ainda em termos de conteúdo, observamos uma combinação imprópria de fatos de governo, autopromoção e ataques a adversários, em que os recursos públicos são utilizados em prol dos interesses políticos individuais do mandatário em exercício, incluindo o uso da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e das verbas de publicidade da Secretaria de Comunicação da Presidência.
- Cabe ressaltar que o aspecto da autopromoção foi reconhecido pelo Tribunal de Contas da União em análise de [representação proposta pelo o deputado federal Luiz Phillippe de Orleans e Bragança \(PL-SP\)](#).
- De acordo com as alegações do deputado, as publicações vinculadas ao programa “Conversa com o Presidente” seriam irregularmente veiculadas em diversos perfis institucionais, o que poderia configurar uma afronta aos princípios constitucionais, notadamente ao artigo 37, parágrafo 1º, da Constituição Federal, ao promoverem diretamente a imagem do Presidente da República, sob a escusa de serem informativas.



Acho que existe uma confusão dos estilos. **Live é uma transmissão espontânea, eu ligo o celular, o cenário pode cair, sai algo do previsto, ou seja, é compartilhar sua intimidade com as pessoas, aquele modelo não é uma live. É uma entrevista reproduzida via redes sociais”.**

[André Janones, deputado governista.](#)

- Em resposta, o TCU advertiu a Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República.



Quanto ao mérito, não merecem prosperar as argumentações trazidas em sede de resposta à oitiva pela Secom, uma vez que o escorço legal e jurisprudencial detalhado na instrução assevera que a realização de publicidade governamental resultando na projeção da imagem do administrador e não da Administração Pública é irregularidade que se consubstancia pela ofensa ao princípio da impessoalidade; **no presente caso, havendo situações tanto de caráter informativo quanto de promoção pessoal no programa “Conversa com o Presidente”**, conclui-se pela procedência parcial da representação, em harmonia com os precitados Acórdãos 1.687 e 1.689/2023-TCU-Plenário (parágrafo 11)”.

[TCU, Representação.](#)

- No desfecho da segunda transmissão, Lula surpreendeu ao direcionar uma série de críticas a Bolsonaro e seus aliados, mesmo sem ter sido instigado sobre o tema. O entrevistador havia abordado o telefonema recente de Lula para parabenizar o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso por seu aniversário. Lula mencionou também ter convidado o ex-presidente José Sarney para a inauguração da ferrovia Norte-Sul, devido ao seu papel inicial na obra nos anos 1980, mas logo em seguida passou a atacar Bolsonaro, adversário político.
- Após inúmeras críticas ao “Conversa com o Presidente” e o insucesso de público em 2023, o programa entrou em hiato e o seu destino permanece oficialmente incerto, com possíveis alterações no formato e na frequência das transmissões delineadas para o ano de 2024.



Eu conversava com o Sarney, com o Itamar [Franco], com o Collor. Agora você tem um cidadão que não quer conversar com ninguém, só quer transmitir mentira, fake news, só quer falar bobagem e agressão contra os outros. Ou seja, isso tem que acabar, porque esse país tem que voltar a gostar da paz”.

[Lula, presidente da República.](#)

EVAIR
DE MELO | DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

- Ainda que a audiência seja modesta, [fontes ligadas ao Planalto afirmam que o programa compensa pela sua capacidade de influenciar a mídia tradicional e gerar conteúdo viral nas redes sociais para as militâncias do partido.](#)
- Um novo capítulo ocorreu essa semana, quando [Marcos Uchôa comunicou o seu desligamento da EBC](#) diante das incertezas sobre a continuidade do programa.



2 SAÚDE

Omissão de Lula deixa o Brasil à deriva sob a iminência da pior epidemia de dengue da história

Estimativas do próprio Ministério da Saúde indicam que o país pode chegar a 5 milhões de casos da doença em 2024; no ano passado, país já bateu o recorde histórico de 1.094 mortes por dengue

Desde maio de 2023, [especialistas já alertavam](#) para o risco de uma epidemia de dengue em 2024, devido ao retorno da circulação do sorotipo 3 e frente ao aumento de 21% do número de casos notificados em relação ao ano de 2022.

Estimativas do Ministério da Saúde indicam que o Brasil pode chegar a 5 milhões de casos de dengue em 2024. Em 2023, primeiro ano do Governo Lula, já havíamos batido o **lamentável recorde histórico de mortes por dengue, com 1.094 vidas perdidas para a doença e 211 sob investigação**, segundo dados do Sinan – Sistema de Informação de Agravos e Notificação).



À reportagem da [Folha](#), o epidemiologista do Hospital das Forças Armadas e professor do curso de medicina da Uniceplac (Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos), Wanderson Kleber de Oliveira afirmou que



O Brasil tem epidemia de dengue há muitos anos. Não é aceitável continuarmos com casos tão elevados em todo o território. Por quê? Todo ano sabemos o que vai acontecer. **As medidas mais eficientes de combate à dengue devem começar no ano anterior** - eliminação de focos do mosquito e de criadouros, ações de educação e saúde, e principalmente fortalecer a atenção primária e o cuidado dos casos já a partir do posto de saúde, com médicos, enfermeiros, outros técnicos e agentes preparados para a sazonalidade que com certeza começa no final de novembro, início de dezembro de cada ano”.

Segundo a OMS – Organização Mundial da Saúde, a condição de epidemia ocorre quando o coeficiente de incidência da doença fica acima de 300 casos para cada 100 mil habitantes. Os **dados consolidados, até o último dia 23, pelo COE (Centro de Operações de Emergências em Saúde) para dengue e outras arboviroses apontam para um coeficiente nacional de 375,5**. Com registro de mais de 760 mil casos de dengue, 150 mortes e 523 óbitos em investigação.

Distrito Federal, Minas Gerais, Acre, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, foram as unidades da federação que até agora declararam estado de epidemia de dengue. Juntos, representam cerca de 29% da população residente do país, sendo o DF e o RJ os estados com maior densidade demográfica do país, segundo censo demográfico de 2022.



O pico de casos e de transmissão acontece em períodos diferentes no país, com diferença de até dois meses entre sudeste/sul e nordeste/norte. A expectativa de melhora é somente em meados de abril, com a diminuição da chuva e da temperatura.

Esse cenário alarmante levou o [Centro de Controle e Prevenção de Doenças \(CDC\) dos EUA a emitir alerta de saúde](#) de viagens ao Brasil, de modo a evitar a dengue e a febre oropouche, cujo registro de casos nas seis primeiras semanas epidemiológicas de 2024, já superou o total de casos de 2023.

Segundo a OPAS/OMS, já em 2023 houve um aumento nos casos de dengue a nível mundial, caracterizado por um crescimento significativo em número, escala e ocorrência simultânea de múltiplos surtos, espalhando-se por regiões anteriormente não afetadas pela doença. O que já apontava para um cenário epidemiológico nada favorável em 2024.

Indiscutível a gravidade e previsibilidade do quadro epidêmico que o país enfrenta, com a crescente alta de casos registrados e óbitos pela doença, a saturação da rede de saúde, tanto pública quanto privada, e a incapacidade operacional da farmacêutica em fornecer o quantitativo de doses da vacina necessárias ao atendimento da população brasileira.

Fato é que pouco se viu no ano de 2023 e início de 2024 em termos de campanhas voltadas a programas de educação para que as pessoas evitassem o criadouro do mosquito *Aedes aegypti*, e de fortalecimento dos sistemas de atenção primária por parte do governo federal.

As ações postas em prática até o momento se mostraram tardias para aqueles que perderam suas vidas para uma doença previsível e prevenível como a dengue e para os mais de 760 mil que perderam sua capacidade laboral, mesmo que em algum grau e temporariamente, para essa doença. A única certeza no momento é de que o pico epidêmico ainda não foi atingido.





TRABALHO E EMPREGO

Criado na Reforma Trabalhista, contrato intermitente mostra seu acerto com 87 mil empregos gerados no país em 2023

Nova modalidade de trabalho tem crescido a cada ano, comprovando seu sucesso; saldo de empregos põe por terra narrativa da esquerda, que defende revogação da Reforma

Com o advento da Reforma Trabalhista, surgiu uma nova modalidade de contrato de trabalho: o trabalho intermitente, aquele em que o empregado não tem jornada estabelecida a cumprir e trabalha apenas quando é convocado pelo empregador, com carga horária estabelecida pela empresa, auferindo, assim, renda proporcional ao labor.



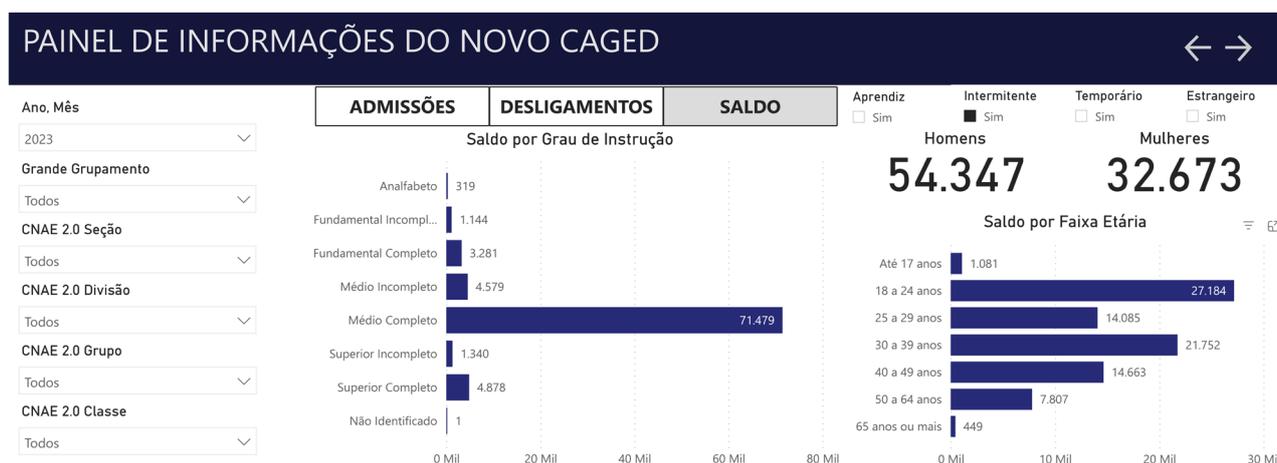
Resta mais que comprovado o sucesso da Reforma Trabalhista realizada em 2017. O trabalho intermitente tem ascensão no Brasil, mesmo com as dificuldades que o mercado de trabalho enfrenta na criação de empregos, fazendo com que muitos que estavam na informalidade tenham registro profissional na carteira de trabalho.

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), em 2023, 5,86% das vagas de emprego com carteira assinada criadas no Brasil sucederam-se do trabalho intermitente, número que vem crescendo ao longo dos anos. Em 2021, as vagas de trabalho intermitente eram 3,33% do saldo de contratações. Já em 2022, representavam 4,41%.

Sabe-se que o Brasil enfrenta a desaceleração no crescimento de empregos: a criação de postos de trabalho formais no ano de 2023 foi a menor desde 2020, sendo o mês de dezembro, segundo dados do próprio CAGED, o pior entre todos. Os cinco grandes grupamentos de atividades econômicas registraram saldos negativos no cadastro de empregados e desempregados: serviços (-181.913 postos); indústria (-111.006 postos); construção (-75.631 postos); agropecuária (-53.660 postos) e comércio (-7.949 postos).

O Ministro Luiz Marinho já declarou diversas vezes que a Reforma Trabalhista precisa ser revista, tendo como um dos objetivos a revogação do trabalho intermitente da atual legislação, responsável, hoje, por 5,86% das vagas de emprego com carteira assinada criadas no Brasil.

SALDO DE CRIAÇÃO DE EMPREGOS - MODALIDADE INTERMITENTE - 2023:



Informações disponibilizadas publicamente, através do link:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiNWl5NWl0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YW12IiwidCI6IjNIYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749>



ECONOMIA

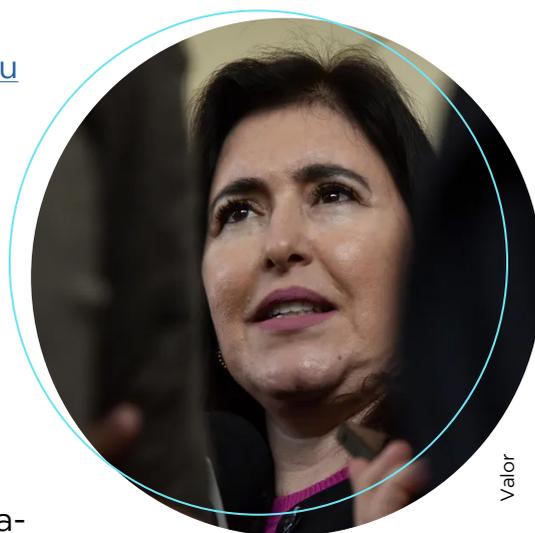
Com aval do STF nos precatórios, governo do PT usa contorcionismo contábil para maquiar contas

Decisão do Supremo permite pagamento de R\$ 95 bi em precatórios fora do teto de gastos; impostos recolhidos pelos beneficiários, no entanto, serão usados para inflar arrecadação

- Após decisão do STF, permitiu-se o pagamento de R\$ 95 bilhões de precatórios acumulados por meio de emissão de dívida.
- Em vez de parcelar o valor até 2027, o governo quitou o saldo em uma única leva no início de 2024. Sobre esse consequente aumento da dívida pública incidirão juros, tornando a estabilização da dívida ainda mais difícil.



- Para o governo, porém, esse pagamento é vantajoso. Ao pagar os precatórios fora do teto de gastos, o governo não afeta a meta fiscal. Na verdade, ele se aproxima de forma artificial dela, já que sobre os precatórios pagos há a cobrança de impostos, como o de renda.
- [Estimativas da Fazenda apontam para uma arrecadação de R\\$ 10 bilhões apenas com esse pagamento.](#) Assim como o saldo de R\$ 4,1 bilhões registrado em janeiro devido à regularização do saldo acumulado de investimentos com a MP das *offshores* e dos fundos exclusivos, essa é uma arrecadação não recorrente. Portanto, uma melhora em 2024 do resultado primário não garantirá uma repetição do desempenho em 2025.
- O pagamento também injeta recursos em sindicatos e escritórios de advocacia, que possuem direito à parte do pagamento em algumas ações.
- Além desse benefício direto ao resultado primário do governo, os precatórios acabaram se tornando uma ferramenta de incentivo à economia. A ideia é que ao injetar recursos, o governo incentive o consumo, na esperança de que a medida dê maior fôlego para o crescimento do ano.
- Por essa razão, a Ministra Simone Tebet [decidiu antecipar o pagamento de R\\$ 30,1 bilhões de precatórios deste ano](#), abrindo um crédito suplementar de R\$ 10,7 bilhões. Explicitamente, o governo deseja que os recursos sejam um incentivo ainda maior para a economia, somando-se ao pagamento dos precatórios acumulados no início do ano.
- Especula-se que a medida seja uma resposta para o fiscal, mas também para os resultados abaixo do esperado no mercado de trabalho - quando se registrou arrefecimento no crescimento de empregos -, e na vontade de mostrar um “pibão”. O problema é que não haverá crescimento sustentado do país sem medidas que melhorem o ambiente econômico e as contas públicas.



Valor



Pressão de Lula sobre a Vale para emplacar Mantega na presidência beira a extorsão

Estratégia inclui cobrança bilionária e suspensão de licenças de operação às vésperas da escolha do novo presidente da companhia, que ostenta hoje o posto de quarta maior mineradora do mundo

Síntese

- O Partido dos Trabalhadores busca nomear Guido Mantega como presidente-executivo da Vale, gerando especulações sobre as motivações obscuras e a falta de experiência de Mantega na gestão de empresas do porte da Vale.
- No último mês, o governo Lula e aliados políticos impuseram sanções à Vale, incluindo multas bilionárias e a suspensão de licenças de operação de minas no Pará, levantando preocupações sobre interferência política nos negócios da empresa.

- As sanções ocorreram em período próximo à data da reunião marcada para discutir o nome do novo presidente da Vale.
- O assédio governamental impõe custos financeiros e prejudica a imagem da Vale, levando-a a defender abertamente sua estrutura de governança.

Contextualização

- De acordo com [informações compartilhadas com a CNN por fontes ligadas ao Conselho de Administração da Vale](#), está ocorrendo nos bastidores da empresa uma movimentação política relacionada ao Partido dos Trabalhadores.
- O objetivo seria nomear Guido Mantega como presidente-executivo, o que implicaria em uma remuneração anual aproximada de R\$ 60 milhões.
- Por trás dessa disputa pelo poder, paira a especulação de que o Partido dos Trabalhadores busca uma forma de compensar Mantega por sua lealdade durante as investigações da Operação Lava-Jato, em que pese o ex-ministro não possuir qualquer experiência prévia na gestão de empresas do porte da Vale.
- Ademais, o governo passaria a ter sob controle governamental [a segunda maior empresa de mineração de ferro e quarta maior mineradora do mundo](#), que detém considerável poder para influenciar vários aspectos da economia, além de poder apoiar iniciativas alinhadas aos interesses do governo petista.

Análise

- Os acontecimentos recentes acrescentaram novos episódios ao conflito em curso, com o governo seguindo adiante com suas ameaças implícitas, aplicando punições à empresa em três ocasiões distintas em menos de um mês.
- No dia 28 de janeiro de 2024, o Ministério dos Transportes enviou uma notificação tanto à Vale quanto à empresa MRS Logística, exigindo o pagamento de R\$ 25,7 bilhões e R\$ 3,7 bilhões, respectivamente. Essas quantias referem-se a concessões de ferrovias que foram renovadas antecipadamente durante a gestão do governo de Jair Bolsonaro. Esse movimento ocorreu coincidentemente com rumores sobre a suposta desistência do governo de Luiz Inácio Lula da Silva em indicar Guido Mantega para a presidência da Vale.

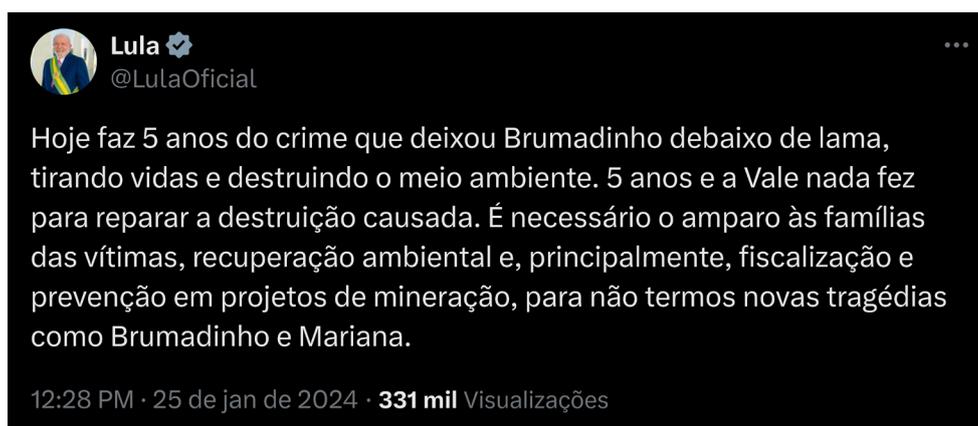
- No dia 21 de fevereiro de 2024, a [Vale divulgou comunicado público](#) revelando que havia recebido uma notificação da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Pará (Semas), informando a suspensão da licença de operação da mina do Sossego, localizada em Canaã dos Carajás, uma subsidiária denominada Vale Metais Básicos. Em resposta, a empresa declarou que está atualmente avaliando as medidas necessárias para restabelecer a plena vigência da licença, enfatizando seu compromisso com todas as regulamentações ambientais em vigor. Além disso, a Vale destacou que regularmente envia relatórios detalhados sobre os programas sociais implementados na região aos órgãos ambientais competentes.
- No dia 22 de fevereiro de 2024, a [Vale S.A. emitiu um comunicado](#) informando que recebeu um ofício da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Pará (SEMÁS), anunciando a suspensão da Licença de Operação da mina de Onça Puma, pertencente à Vale Metais Básicos. A empresa declarou estar atualmente avaliando as medidas necessárias para restaurar completamente a validade da licença de operação da mina. A Vale reiterou seu compromisso com o cumprimento das condições e dos controles socioambientais estabelecidos pela legislação, em respeito às comunidades locais. Além disso, destacou que envia regularmente aos órgãos ambientais relatórios abrangentes sobre todos os programas sociais implementados na região.
- Lembramos que o estado do Pará é governado por Helder Barbalho, aliado de primeira ordem de Lula e [um dos possíveis candidatos a vice-presidente na chapa petista em 2026](#).
- A medida sancionadora implementada por aliados políticos do governo Lula está gerando um impacto considerável na produção de cobre da Vale, uma vez que a mina de Sossego representa [20,5% dessa produção total desse minério](#). No que se refere à produção de níquel, a mina de Onça Puma também desempenha um papel significativo, contribuindo com aproximadamente [10,3% da produção total de níquel da empresa](#).
- Em menos de um mês, a intervenção estatal impôs um ônus financeiro substancial à Vale. Isso inclui uma notificação do Ministério dos Transportes no valor



CNN Brasil

de R\$ 25,7 bilhões, além dos efeitos financeiros da suspensão de licenças pela Secretaria de Meio Ambiente do Pará.

- As sanções foram introduzidas justamente em um momento que coincidiu com a [reunião agendada para discutir, dentre outros temas, a nomeação do novo presidente da Vale \(22/02\)](#).
- Para além dos aspectos financeiros, observa-se que os impactos da interferência do governo Lula na Vale também são notáveis pela quantidade incomum de notas oficiais voltadas para defesa da lisura de seus processos de governança.
- A perspectiva de uma possível intervenção do governo levou a empresa a emitir três comunicados em um período de apenas um mês¹²³, nos quais defendeu e justificou o processo de seleção de membros do Conselho de Administração. Ressaltamos que essa é uma medida assaz incomum na gestão da companhia, sendo mais um efeito notável do assédio sofrido por parte do governo Lula.
- Anteriormente, Lula também havia criticado publicamente a Vale, destacando o incidente de Brumadinho em suas redes sociais como parte da estratégia de pressionar o Conselho de Administração.
- A declaração despertou suspeitas por constituir uma crítica inverídica e aleatória direcionada a uma empresa privada, alegando uma suposta inação da companhia. Essas afirmações, no entanto, encontram resistência na realidade, uma vez que [acordos entre a Vale e as autoridades judiciárias brasileiras são públicos e notórios](#).



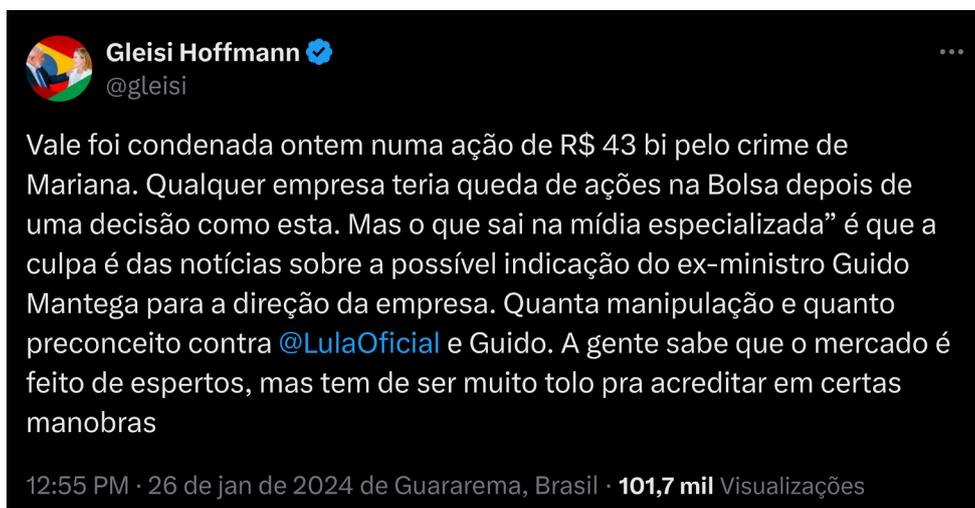
[Lula, Presidente da República, na plataforma X, em 25/01/24.](#)

¹ Comunicado ao Mercado - 25/01/2024 - <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/53207d1c-63b4-48f1-96b7-19869fae19fe/fceb9144-41b9-51a3-9675-eb0b2b7da7ec?origin=1>

² Comunica ao Mercado - 06/02/2024 - <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/53207d1c-63b4-48f1-96b7-19869fae19fe/c37bb3c9-4358-ba75-3d45-a1604440face?origin=1z>

³ Comunicado ao Mercado - 19/02/2024 - <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/53207d1c-63b4-48f1-96b7-19869fae19fe/e0fb3bb9-aefb-0630-b9a8-63ab765f2e6e?origin=1>

- Na estratégia de pressionar o Conselho de Administração da Vale, a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, também se envolveu ativamente na defesa da indicação de Guido Mantega.



[Gleisi Hoffmann, deputada federal, na plataforma X.](#)

EV AIR | DEPUTADO FEDERAL
DE MELO | VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



TURISMO

Com fracasso do Voa Brasil, Lula quer, agora, se apresentar como responsável por descontos que já eram dados por empresas aéreas

Sem conseguir construir um acordo com companhias do setor, petista cogita substituir programa de passagens populares por um desmoralizante site para divulgação de promoções que já estão disponíveis no mercado

Síntese

- Em março de 2023, o ministro Márcio França anunciou o programa Voa Brasil, que ofereceria passagens aéreas a até R\$ 200 por trecho para aposentados do INSS, bolsistas do Prouni e funcionários públicos.



- O governo e o setor de aviação negociaram, sem resultado, a revisão do preço do querosene de aviação e um auxílio financeiro de cerca de R\$ 5,5 bilhões para as companhias aéreas por meio do BNDES.
- Mais recentemente, representantes do setor de aviação têm manifestado descontentamento com a condução das negociações por parte do governo devido à falta de propostas efetivas e à ausência de medidas para resolução dos problemas estruturais do setor.
- Um ano após o anúncio e inúmeros adiamentos, o programa ainda não foi implementado, restando apenas a promessa inócua de uma plataforma que reuniria passagens aéreas já usualmente ofertadas na faixa de até R\$200, em uma clara tentativa de ludibriar a população com supostos benefícios governamentais.

Análise

- Em março de 2023, o [ministro Márcio França fez um anúncio](#) que despertou a atenção de muitos brasileiros: o programa Voa Brasil. A proposta prometia passagens aéreas a preços acessíveis, especificamente até R\$ 200 por trecho, destinadas aos aposentados do INSS, bolsistas do Prouni e funcionários públicos.
- A expectativa era alta para o lançamento, [previsto para julho de 2023](#). O governo planejava emitir pelo menos 1,5 milhão de passagens por mês a preços acessíveis, visando facilitar e tornar mais econômico o acesso às viagens aéreas para um grande número de pessoas.

“Daqui a pouquinho, às 10h10, estarei ao vivo na @CNNBrasil, pra conversar e tirar as dúvidas de todos sobre o Voa Brasil, que é o programa do governo @LulaOficial pra reduzir o preço das passagens e fazer todo mundo ter acesso ao transporte aéreo!!! Olha o link aqui embaixo!”

[Márcio França, ex-ministro de Portos e Aeroportos, na plataforma X em 13/03/2023.](#)

“Voa Brasil ficará pronto **até julho**”.

[Márcio França, ex-ministro de Portos e Aeroportos, em 17/03/2023.](#)

“Voa Brasil está marcado para iniciar no **final de agosto**”.

Márcio França, ex-ministro de Portos e Aeroportos, em comunicado à imprensa em 22/08/2023.

“Anunciado em março pelo ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, o programa Voa Brasil, que vai viabilizar a venda de bilhetes aéreos por R\$ 200, foi **adiado para o fim do mês de setembro**”.

Ministério de Portos e Aeroportos, comunicado à imprensa, veiculado pelo R7, em 01/09/2023.

“**Não caia em golpe! Programa Voa Brasil ainda não foi lançado.** O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) esclarece que o Voa Brasil, programa do Governo Federal que garantirá o acesso de parte da população brasileira a viagens aéreas com tarifas mais acessíveis, ainda está em ajuste final, motivo pelo qual **ainda não existem regras definidas para participação no referido programa**”.

Ministério de Portos e Aeroportos, em 10/10/2023.

“O programa ‘Voa Brasil’, iniciativa do governo federal que visa baratear viagens aéreas, **ficará para 2024**”.

Silvio Costa Filho, ministro de Portos e Aeroportos, comunicado à imprensa, veiculado pelo portal IG, em 18/12/2023.

- O ano de 2023 trouxe consigo uma movimentação intensa nos céus brasileiros, com aproximadamente [102,6 milhões de passageiros embarcando em voos tanto nacionais quanto internacionais](#). No entanto, essa enxurrada de viajantes veio acompanhada de um aumento considerável nos preços das passagens aéreas, com um aumento notório de 48,11% no IPCA-15, marcando o maior aumento desde 2011.
- Em 2024, o programa Voa Brasil, anunciado um ano antes, ainda não havia conseguido decolar. O novo ministro responsável pela pasta de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, continuou com os atrasos constrangedores do programa lançado pelo governo de Lula.



Economia

Voa Brasil será destinado a aposentados e estudantes do Prouni

Programa de passagens a R\$ 200 será lançado em fevereiro, diz ministro

“A gente espera que o presidente possa anunciar, agora no final de janeiro, mais tardar no início de fevereiro, um programa de passagens a R\$ 200, que serão para dois públicos específicos num primeiro momento, o público de aposentados do INSS, que dá em torno de 20 milhões de brasileiros, e também para alunos do Prouni, que atinge 600 mil estudantes”.

[Sílvio Costa Filho, ministro de Portos e Aeroportos, em 9/1/2024.](#)

VOA BRASIL | O programa do governo federal ‘Voa Brasil’ vai disponibilizar passagens a R\$ 200 para aposentados do INSS que ganham até dois salários mínimos e estudantes do Prouni. O anúncio foi feito pelo ministro de @mporoficial, @Silvio_CFilho nesta terça-feira (09).

[EBC, na plataforma X, em 9/1/2024.](#)

“Me reuni hoje com o ministro dos Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, e o presidente do Sebrae, Décio Lima. Conversamos sobre o programa Voa Brasil, para oferecer passagens com preços mais baixos para aposentados e prounistas”.

[Lula, presidente do Brasil, em 9/1/2024.](#)

“O Ministério da Fazenda está fechando a proposta e deve nos encaminhar nesta semana para que, **passando o carnaval**, a gente possa detalhar ao povo brasileiro”.

Sílvio Costa Filho, ministro de Portos e Aeroportos, em evento, em 03/02/2024.

“A primeira etapa a gente pretende lançar **no início de março**. Nossa ideia é que seja um volume de 5 milhões de passagens a R\$ 200, sem nenhum dinheiro público. É muito mais uma construção coletiva com as companhias aéreas”

Sílvio Costa Filho, ministro de Portos e Aeroportos, em entrevista para a CNN, em 21/02/2024.

- Desde o anúncio inicial, o governo federal e o setor de aviação se envolveram em negociações para [revisar o preço do querosene de aviação](#), um dos principais fatores da estrutura de custos do setor.
- Paralelamente, houve considerações sobre uma possível injeção de recursos financeiros, na ordem de R\$ 5,5 bilhões, para as companhias aéreas, utilizando o Fundo Nacional de Aviação Civil como garantia para empréstimos concedidos pelo BNDES.
- Nas últimas semanas, o descontentamento tem crescido entre os representantes do setor de aviação em relação à postura do governo Lula nas negociações, tendo em vista a ausência de propostas e soluções para problemas estruturais do setor.
- [O presidente da Latam, Jerome Cadier, fez crítica contundente à condução do governo em relação ao programa Voa Brasil](#). Ele enfatizou a necessidade urgente de o pacote governamental contemplar medidas para a redução dos custos operacionais, equacionar o alto nível de judicialização no país e a escassez de aeronaves no mercado.

“

“Eu não vou dar desconto para dono de empresa que precisa voar para fechar um negócio. Ele pode pagar mais. E me ajuda a oferecer uma passagem a R\$ 200 ou R\$ 300. Sem ele, essa passagem não existe”.

“Outra coisa: dizemos que não há monopólio. Mas não há mesmo? Então por que ninguém está comprando de outra companhia que não a Petrobras? **Eu acho que não temos um monopólio escrito em lei, mas temos uma dificuldade em trazer outras empresas para competir com a Petrobras no fornecimento de QAV para as companhias brasileiras**”.

“**Dados da Abear, associação do setor, mostram que a judicialização representa 1% do custo do setor.** Isso realmente é grande ou é só argumentação do setor para pedir mudança regulatória? Tem um custo direto, em que a empresa é condenada na Justiça e tem que pagar em média R\$ 5.000 de indenização. Neste ano, a Latam vai gastar mais de R\$ 350 milhões e transporta um pouco mais de 30 milhões de passageiros. Ou seja, todo passageiro está gastando R\$ 10 à toa”.

Jerome Cadier, presidente da Latam, em entrevista ao veículo Folha de São Paulo.

- Em síntese, após um ano de negociações, não houve qualquer sinalização efetiva do governo para a concretização do programa ou melhorias no setor da aviação civil.
- Atualmente, a proposta do governo consiste em disponibilizar uma plataforma que dê visibilidade às passagens usualmente ofertadas pelas companhias aéreas com uma faixa de preço de até R\$ 200,00.
- Em outras palavras, resta apenas a promessa inócua de oferecer o que já está disponível, em mais uma tentativa do governo de ludibriar a população brasileira com falsas promessas e benefícios.

“

O Voa Brasil é um programa que visa dar visibilidade a passagens que são vendidas a preços mais acessíveis para determinados públicos. O governo não está financiando a passagem para ninguém, por enquanto. **Não está dando incentivo para as pessoas que vão comprar no Voa Brasil. Ele só está aglutinando passagens a menos de R\$ 200, que já estão aí, teoricamente, e que as companhias vendem, de vez em quando, mas vão concentrar naqueles públicos e rotas**”.

Jerome Cadier, presidente da Latam, em entrevista ao veículo Folha de São Paulo.



SEGURANÇA PÚBLICA

Governo Lula ignorou relatórios de inteligência sobre riscos na Penitenciária de Mossoró

Agora no STF, ex-ministro da Justiça e Segurança Flávio Dino tenta se esquivar de responsabilidade pela primeira fuga de presos da história no Sistema Prisional Federal

Enquanto o governo federal tenta capturar os dois fugitivos, membros de uma das maiores organizações criminosas do país, os desdobramentos da primeira fuga registrada no Sistema Prisional Federal continuam desgastando a imagem de todos os responsáveis diretos pelo caso. Por todos, leiam-se: o atual ministro Ricardo Lewandowski e também seu antecessor, Flávio Dino. E isso sem falar nos aspectos operacionais e custos logísticos da operação de captura, ainda não publicizados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública do governo Lula. Pelo menos 600 agentes de segurança, dezenas de viaturas, helicópteros, drones e cães farejadores estão sendo empregados diretamente nas buscas pelos foragidos do Comando Vermelho.



Os recém-chegados na pasta da Justiça e Segurança Pública, indicados pelo ministro Lewandowski, já começaram a “jogar a culpa” em seus antecessores, indicados por Flávio Dino, que enquanto ministro da pasta assumiu forte protagonismo dentro do governo Lula. Dino passou exatos 13 meses à frente do ministério responsável pela gestão do Sistema Prisional Federal e parece que nada fez a respeito destes presídios.

O atual ministro do Supremo Tribunal Federal alegou recentemente, em entrevista, que “não recebeu nenhum dos relatórios de inteligência que eventualmente apontaram falhas na segurança da penitenciária de Mossoró”. Vale lembrar também outro caso recente, em que o ex-ministro da Justiça do governo Lula negou que tivesse sido informado previamente pela Agência Brasileira de Inteligência dos ataques às sedes dos três Poderes, em 8 de janeiro de 2023. “Inventaram que eu recebi um informe da Abin, que é tão secreto que ninguém nunca leu, nem eu mesmo”.

Lewandowski e seus auxiliares também tiveram acesso a relatórios de inteligência que apontaram problemas graves com relação ao monitoramento feito por câmeras de segurança no presídio de Mossoró. Segundo consta no relatório, baseado em matéria do jornal *O Globo*, 124 das 200 câmeras de monitoramento do presídio estavam desligadas. O sistema de iluminação também apresentou erros crassos. Corredores no interior da penitenciária não estavam devidamente iluminados.



Poder 360

Fato é que a oposição no Congresso Nacional deverá convocar o ministro Lewandowski para esclarecimentos sobre esta crise. André Garcia, Secretário Nacional de Política Penal, Marcelo Stona, Diretor do Sistema Penitenciário Federal, e Sandro Baradas, Diretor de Inteligência Penitenciária, assessores diretos de Lewandowski, estarão na Comissão de Segurança Pública (CSP), nesta terça-feira, 27 de fevereiro, para explicar sobre as duas primeiras fugas no presídio federal de segurança máxima. O encontro deverá ocorrer de forma “secreta”, devido a sensibilidade do tema e para que não interfira nas investigações em curso.

A falta de investimento e também de controle nos presídios federais deveriam recair sobre o presidente Lula, que nomeou Dino e manteve-o por 13 meses como ministro responsável pelo sistema penitenciário. O somatório da negligência e incompetência por parte de ambas autoridades culminaram para essa grave crise.

E não para por aí. O diretor afastado da Penitenciária Federal de Mossoró, Humberto Alencar, foi indicado por Ricardo Cappelli, ex-secretário executivo de Flávio Dino. Tanto o ministro Lewandowski, quanto o presidente Lula, em entrevistas sobre o caso, levantaram a hipótese de ter havido “facilitação” para a fuga dos dois detentos. “Parece que teve a conivência de alguém do sistema lá dentro”, disse o presidente Lula, em coletiva realizada no dia 18 de fevereiro, em Adis Abeba, na Etiópia.



A Federação Nacional dos Policiais Penais Federais (Fenappf) classificou como “totalmente irresponsáveis” as declarações que sugerem ter havido corrupção entre agentes de segurança no episódio. Os policiais penais federais destacaram em nota a atuação da categoria e afirmaram que, caso as investigações constatem que houve má conduta por parte de algum servidor, “cortarão na própria carne”.

Em um trecho da nota da Fenappf, a categoria diz que “o nosso maior orgulho sempre foram os números estatísticos de zero fuga, zero rebelião, zero celular” e que, “apesar da fuga registrada em Mossoró, as penitenciárias federais continuam seguras e cumprindo o seu devido papel”.

EV AIR | DEPUTADO FEDERAL
DE MELO | VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO